
FUNDAÇÃO RANGEL DE
SAMPAIO

RELATÓRIO E CONTAS
ANO 2014

Aprovado pelo Conselho Diretivo em 30 de Março de 2015

Faculdade de Direito - Universidade de Coimbra



Índice

Introdução e destaques	3
Perfil identitário	4
Estrutura e Ação Social	5
Conjuntura económica	6
Indicadores	7
Demonstrações financeiras	8
Notas anexas às Demonstrações financeiras	13

Introdução e destaques

O Relatório de Gestão e Contas da Fundação Rangel de Sampaio pretende sintetizar a informação mais relevante da atividade da Fundação Rangel de Sampaio em 2014, produzindo informação para a avaliação, interna e externa, do seu desempenho na sua área de missão (mecenato no ensino e ação social).

Na estrutura organizacional, manteve-se o Sr. Presidente Doutor António dos Santos Justo conjuntamente com a restante Direção.

Financeiramente, e dado que a atividade da Fundação é em muito autofinanciada pela rentabilização e aplicação dos seus recursos, em boa parte financeiros, a incerteza dos mercados e desvalorização do euro relativamente ao dólar levou a uma orientação da carteira de investimentos no sentido dos mercados obrigacionistas.

Em termos de ação social, deu-se continuidade à prossecução das políticas constantes em anos anteriores, com um substancial reforço para o ano lectivo de 2015, por forma a reforçar o mecenato e os fins da Fundação Rangel de Sampaio.

D

Perfil identitário

Missão, valores e visão

A Fundação Rangel de Sampaio, fundada em 2 de Abril de 1963 pelo Decreto Lei 44 956, é uma pessoa coletiva de direito privado com estatuto de utilidade pública, instituída junto da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

Na Universidade de Coimbra, fundada por D. Dinis e confirmada por Bula do Papa Nicolau IV em 9 de agosto de 1290, sendo a mais antiga das universidades portuguesas e uma das mais antigas do mundo, conjugam-se hoje valores de tradição, contemporaneidade e inovação. Os mais de sete séculos da sua história demonstram a sua abertura ao mundo, a cooperação, a interação de culturas, a independência, a tolerância, o diálogo - alguns dos valores da sua matriz identitária. A estes juntam-se outros como a valorização das pessoas, o rigor intelectual, a liberdade de opinião, a ética, a humildade científica e o estímulo à criatividade e o reconhecimento e promoção do mérito.

No cumprimento da sua missão, tal como a Universidade de Coimbra, a Fundação Rangel de Sampaio deve contribuir para a difusão e transferência do conhecimento nos mais diversos domínios, em interligação com a sociedade, não só a nível nacional, mas também internacional. Para tal, prossegue os seguintes fins:

- a) Atribuir bolsas de estudo a estudantes pobres e distintos e conceder subsídios para viagens de estudo no país ou estrangeiro;
- b) Manter e proporcionar residências e instalações desportivas para estudante;
- c) Custear estudos e missões científicas de professores, assistentes e candidatos ao doutoramento, no país ou no estrangeiro;
- d) Habilitar a faculdade a instituir o prémio Doutor Guilherme Moreira atividades de extensão universitária, nomeadamente a prestação de serviços especializados à comunidade, em benefício da cidade, da região e do país;

Estrutura

A estrutura da Fundação Rangel Sampaio no presente ano foi a seguinte:

Orgãos Sociais - Ano 2014

Presidente Conselho Diretivo
Doutor António dos Santos Justo
Vogal Conselho Diretivo
Doutor Pedro António Pimenta da Costa Gonçalves
Vogal Conselho Diretivo
Doutor Luis Pedro Chaves Rodrigues da Cunha

Ação Social

No presente ano a ação social da Fundação Rangel Sampaio pode, em traços gerais, resumir-se a:

- a – Atribuição de bolsas de estudo mensais → 15 Bolsas (ano lectivo 2014) tendo sido decidido reforçar este número para um total de 25 Bolsas (ano lectivo 2015)
- b – Subsidação de estudos e missões → 9 Missões
- c – Cedência de uma residência universitária aos serviços de ação social * → 1 Residência
 - * c1 – *Recebendo dos mesmos 10 bolsas de alojamento que se concedem a alunos da FDUC*
 - * c2 - *Recebendo dos mesmos 10 bolsas de alimentação que se concedem a alunos da FDUC*
- d – Atribuição de prémio de mérito Doutor Manuel de Andrade → 1 Prémio
- e - Atribuição de prémio de mérito Doutor Guilherme Moreira → 1 Prémio
- f - Atribuição de prémio de mérito Doutor Gama Barros → 1 Prémio

Investimentos Financeiros – Análise de conjuntura

Dada a importância desta rubrica na sustentabilidade e garantia dos fins da Fundação Rangel Sampaio, segue uma memória descritiva que analisa o cenário económico no ano 2014 efetuada pelo banco BPI, no seu relatório de gestão da carteira de investimentos da Fundação:

Conjuntura Macroeconómica

A actividade económica global manteve um ritmo de expansão reduzido em 2014, sendo o terceiro ano consecutivo com taxas de crescimento pouco acima de 3%, de acordo com o Fundo Monetário Internacional. Para além do crescimento lento, em 2014 aumentaram os riscos de deflação nas economias desenvolvidas, com destaque para os países da Zona Euro, onde a taxa de inflação se aproxima de valores negativos. Em contrapartida, os países anglo-saxónicos têm revelado uma dinâmica mais forte, nomeadamente a economia norte-americana que se encontra numa fase mais avançada do ciclo económico. Neste contexto, 2015 será provavelmente o ano em que as políticas monetárias no mundo desenvolvido começarão a divergir, sendo de antever uma postura mais restritiva pela Reserva Federal dos EUA e pelo Banco de Inglaterra, enquanto na UEM e no Japão permanecerão ainda políticas claramente expansionistas. Nas economias emergentes, a diversidade será também a palavra de ordem. A evolução destas economias está dependente da existência de eventuais constrangimentos internos, que ditarão o grau de vulnerabilidade perante um ambiente externo que se antecipa menos favorável. Com efeito, num contexto de proximidade do ciclo de subidas das taxas de juro do dólar, os capitais tenderão a fluir para as economias mais robustas, com menores desequilíbrios e maior potencial de crescimento.

Mercados Accionistas

No ano os mercados accionistas obtiveram, em termos globais, uma rentabilidade de 10.4% (índice MSCI World em moeda local). Nos EUA o índice S&P500 apresentou igualmente ganhos significativos (+11.4%). Os mercados europeus também registaram, em média, uma valorização, ainda que mais fraca (5.2%, índice MSCI Europe em moeda local). Na Europa, Portugal destacou-se claramente pela negativa, tendo perdido 26.8% (índice PSI 20). As acções de mercados emergentes também se desvalorizaram, (4.6% em média - índice MSCI Emerging Markets em USD), com destaque para a Europa emergente, que caiu 32.2% (índice MSCI Emerging Europe em USD), penalizada pela instabilidade geopolítica na Ucrânia.

Mercados Obrigacionistas

O ano 2014 foi muito positivo para os mercados obrigacionistas em geral. A dívida pública da Zona Euro valorizou 13.1% (índice EFFAS>1 - EUR), suportada pela actuação do BCE. As obrigações do Governo norte-americano também apresentaram ganhos, embora menos expressivos (+6.2%). Igualmente positiva foi a evolução da dívida privada *investment grade*, que subiu 8.2% no ano (índices IBOXX Corporate Overall) e das obrigações de mercados emergentes, que valorizaram 6.2% (índice JP Morgan Emerging Markets, em USD). As taxas de curto prazo voltaram a atingir mínimos históricos, tendo-se fixado em 0.08% a 3 meses e em 0.17% a 6 meses.

Principais Indicadores Económicos da Fundação Rangel de Sampaio – Anos 2013 / 2014

Fica uma breve síntese dos rácios e indicadores relevantes de carácter económico-financeiro dos anos 2013/2014:

Rubrica	2014	2013	Var	% Var
Resultado do Período	116.245,72 €	76.668,13 €	39.577,59 €	52%
Rendimentos	347.922,94 €	353.592,61 €	-5.669,67 €	-2%
Gastos	231.677,22 €	276.924,48 €	-45.247,26 €	-16%
Activos	5.074.599,02 €	4.936.436,24 €	138.162,78 €	3%
Passivos	553.334,94 €	531.417,88 €	21.917,06 €	4%
Fundos Patrimoniais	4.521.264,08 €	4.405.018,36 €	116.245,72 €	3%
Rácios de Liquidez				
Liquidez Geral	26,18	27,69	-1,51	-5%
Liquidez Reduzida	26,18	27,69	-1,51	-5%
Rácios de Solvabilidade e Autonomia				
Autonomia Financeira	0,89	0,89	0,00	0%
Solvabilidade Financeira	8,17	8,29	-0,12	-1%
Capacidade de Endividamento m/l	0,91	0,91	0,00	0%
Rácios de Rendibilidade				
Rendibilidade dos Rendimentos	33,41%	21,68%	11,73%	54%
Rendibilidade do Activo	2,29%	1,55%	0,74%	47%
Rendibilidade dos Fundos Patrimoniais	2,57%	1,74%	0,83%	48%

2

DEMONSTRAÇÕES

FINANCEIRAS

RUBRICAS	NOTAS	31 Dezembro 2014	31 Dezembro 2013
ACTIVO			
ACTIVO NÃO CORRENTE			
Activos fixos tangíveis	5	364.175,59	394.934,87
Propriedades de investimento		0,00	0,00
Trespasse (goodwill)		0,00	0,00
Activos intangíveis		0,00	0,00
Activos biológicos		0,00	0,00
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial		0,00	0,00
Participações financeiras - outros métodos		0,00	0,00
Accionistas/ sócios		0,00	0,00
Outros activos financeiros	15/18	2.415.933,62	2.418.134,10
Activos por impostos diferidos		0,00	0,00
Activos não correntes detidos para venda		0,00	0,00
		2.900.109,21	2.513.068,97
ACTIVO CORRENTE			
Inventários		0,00	0,00
Activos biológicos		0,00	0,00
Clientes		0,00	0,00
Adiantamentos a fornecedores		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos		0,00	0,00
Accionistas/ sócios		0,00	0,00
Outras contas a receber	18	52.490,71	57.216,99
Diferimentos	18	484,81	472,05
Activos financeiros detidos para negociação	15	2.865,84	2.865,84
Outros activos financeiros		0,00	0,00
Caixa e depósitos bancários	9	2.218.648,45	2.062.812,39
		2.274.499,81	2.123.367,27
TOTAL DO ACTIVO		5.074.599,02	4.936.436,24

(1)- O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

RUBRICAS	NOTAS	31 Dezembro 2014	31 Dezembro 2013
FUNDOS PATRIMONIAIS			
FUNDOS			
Capital realizado		0,00	0,00
Ações (quotas) próprias		0,00	0,00
Prestações suplementares e outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00
Prémios de emissão		0,00	0,00
Reservas legais		0,00	0,00
Outras reservas		0,00	0,00
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Ajustamentos em activos financeiros		0,00	0,00
Outras variações nos Fundos Patrimoniais		2.001,11	2.001,11
Resultados transferidos	17	4.403.017,25	4.326.349,12
Resultado líquido do período		116.245,72	75.668,13
Interesses minoritários		0,00	0,00
TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS		4.521.264,08	4.405.018,36
PASSIVO			
PASSIVO NÃO CORRENTE			
Provisões		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Responsabilidades por benefícios pós-emprego		0,00	0,00
Passivos por impostos diferidos		0,00	0,00
Outras contas a pagar	18	466.452,00	454.727,25
PASSIVO CORRENTE			
Fornecedores		0,00	0,00
Adiantamento de clientes		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos		28,03	0,00
Accionistas/ sócios		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Outras contas a pagar		23.049,73	12.012,27
Passivos financeiros detidos para negociação	18	0,00	0,00
Outros passivos financeiros		0,00	0,00
Diferimentos	18	63.795,18	64.678,36
TOTAL DO PASSIVO		553.334,94	531.417,88
TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO		5.074.599,02	4.936.436,24

(1) - O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Exercício: 12/2014

PÁG. 1 de 1

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2014	2013
Vendas e serviços prestados		0,00	0,00
Subsídios à exploração		0,00	0,00
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		0,00	0,00
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		0,00	0,00
Fornecimentos e serviços externos	18	-27.751,05	-28.068,82
Gastos com o pessoal		0,00	0,00
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Imparidade de activos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos / reduções de justo valor	15/18	45.928,99	-39.582,96
Outros rendimentos e ganhos	18	223.122,77	213.378,03
Outros gastos e perdas	18	-117.601,31	-69.468,70
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		123.699,40	76.257,55
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	5	-10.759,28	-10.915,58
Imparidade de activos depreciables / amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		112.940,12	65.341,97
Juros e rendimentos similares obtidos	10 / 18	36.010,14	40.130,89
Juros e gastos similares suportados		-32.704,54	-28.804,73
Resultado antes de impostos		116.245,72	76.668,13
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		116.245,72	76.668,13
Resultado das actividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período atribuível a: (2)			
Detentores do capital da empresa-mãe		0,00	0,00
Interesses minoritários		0,00	0,00
Resultado por acção básico		0,00	0,00

(1) - O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros
 (2) Esta informação apenas será fornecida no caso de contas consolidadas

7

RUBRICAS	NOTAS	PERIODOS	
		2014	2013
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes			
Pagamentos a fornecedores		3.096,01	4.913,20
Pagamentos ao pessoal			
	Caixa gerada pelas operações		
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(3.096,01)	(4.913,20)
Outros recebimentos/pagamentos		3.981,05	3.458,03
	Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)	885,04	(1.455,17)
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis			
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros activos			
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis			
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros activos			
Subsídios ao investimento			
Juros e rendimentos similares			
Dividendos			
	Fluxos de caixa das actividades de Investimento (2)		
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Cobertura de prejuizos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos			
Juros e gastos similares			
Dividendos			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Outras operações de financiamento			
	Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		885,04	(1.455,17)
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		5.548,52	7.003,69
Caixa e seus equivalentes no fim do período		6.433,56	5.548,52

NOTA RESPECTIVA DO ANEXO: Nº9

NOTAS ANEXAS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:

1 – Identificação da entidade

1.1 - Designação da entidade: Fundação Rangel de Sampaio – NIF 500 122 261

1.2 - Sede: Pátio da Universidade – Faculdade de Direito Universidade Coimbra – 3004-545 Coimbra

Telefone: +351 239 859 801/02

Fax: +351 239 823 353

Endereço eletrónico: rsampaio@fd.uc.pt

Página da internet: <http://www.uc.pt/fduc/frs>

1.3- Natureza da atividade: Fundação com fins de de contribuição para a difusão e transferência do conhecimento nos mais diversos domínios, em interligação com a sociedade, não só a nível nacional, mas também internacional em ligação com a Universidade de Coimbra.

2 – Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

2.1 - As demonstrações Financeiras anexas estão em conformidade com todas normas que integram a normalização contabilística para as entidades do sector no lucrativo (ESNL) DL n.º36-A/2011 de 9/03.

Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras (Portaria n.º105/2011 de 14/03), o Código de Contas (Portaria n.º106/2011 de 14/03) e as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (Aviso n.º6726-B/2011).

Sempre que na presente norma existam remissões para as Normas Internacionais de Contabilidade, entende-se que estas se referem as adotadas pela União Europeia nos termos do Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de Julho e em conformidade com o texto original do Regulamento (CE) n.º 1126/2008 da Comissão, de 3 de Novembro.

Sempre que esta Norma não responda a aspetos particulares que se coloquem a dada entidade em matéria de contabilização ou relato financeiro de transações ou situações, ou a lacuna em causa seja de tal modo relevante que o seu não preenchimento impeça o objetivo de ser prestada informação que, de forma verdadeira e apropriada, traduza posição financeira numa certa data e o desempenho para o período abrangido, a entidade devesse recorrer, tendo em vista tao somente a superação dessa lacuna, supletivamente e pela ordem indicada:

a) As NCRF e Normas Interpretativas (NI);

b) As Normas Internacionais de Contabilidade, adotadas ao abrigo do Regulamento n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho;

c) As Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações (SIC e IFRIC).

2.2 - Disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras

No presente exercício não foram derogadas quaisquer disposições do SNC.

2.3 - Contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do Período anterior

Não existem conteúdos que não sejam comparáveis com o exercício anterior.

3 - Principais políticas contabilísticas

3.1 - Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As principais bases de reconhecimento e mensuração utilizadas foram preparadas a partir dos registos contabilísticos efectuados de acordo com as normas contabilísticas estabelecidas para as Entidades do Sector Não Lucrativo (ESNL) com base nos seguintes pressupostos:

- Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

- Regime da periodização económica (acrécimo)

A Entidade reconhece os rendimentos e ganhos a medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em "Devedores por acréscimos de rendimento"; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas "Credores por acréscimos de gastos".

- Materialidade e agregação

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras.

- Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

- Comparabilidade

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de dezembro de 2014 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013.

- Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data, são refletidos nas demonstrações financeiras.

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

- Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de ativos, conforme decreto-regulamentar número 25/2009 de 14 de Setembro com as ressalvas constantes das notas abaixo na mensuração das respectivas taxas de depreciação por classe.

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem. As beneficiações relativamente as quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas no item de ativos fixos tangíveis.

As taxas de depreciação utilizadas no exercício foram (em %):

Edifícios e outras construções - 2,00%

Equipamento básico - 2% (considerados maioritariamente como elementos habitacionais indistintos ao edifício de valor materialmente irrelevante)

Equipamento Administrativo – 10% (considerado este valor pelo princípio da comparabilidade e dado que deprecia no exercício corrente a totalidade do Equipamento Administrativo)

- Imposto sobre o rendimento

A Fundação Rangel de Sampaio encontra-se isenta de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) ao abrigo do art.º 10 do respetivo código.

- Meios financeiros líquidos

Este item inclui depósitos à ordem, depósitos a prazo e moedas em cofre. A subconta 123 na conta 12 detém movimentos durante o período por se tratar de um auxiliar de controlo de disponibilidades efectivas da subconta 121 e 125 referente a valores de cheques/valores em circulação emitidos a descontar no curto prazo, tendo sido saldada por contrapartida da conta 2785 no mês de Dezembro, não ferindo a óptica da não compensação de saldos.

- Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

A conta 2784 regista o valor remanescente devido referente ao projeto da construção da futura biblioteca da faculdade de Direito da U.C. A conta 2785 regista a 31/12/2014 o valor de cheques de bolseiros a descontar.

- Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Fundação. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

Observou-se o disposto na NCRF 20, dado que o rédito só foi reconhecido por ter sido razoavelmente mensurado, ser provável que se obtenham benefícios económicos futuros e todas as contingências relativas a uma venda tenham sido substancialmente resolvidas.

Os rendimentos dos serviços prestados são reconhecidos na data da prestação dos serviços ou se periódicos, no fim do período a que dizem respeito.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime da periodização económica, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até a maturidade.

3.2 – Outras políticas contabilísticas

Nas lacunas das normas referidas, foram utilizadas as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro Gerais como referenciado no ponto 2

3.3 – Principais pressupostos relativos ao futuro (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte)

As demonstrações financeiras foram preparadas numa perspetiva de continuidade não tendo a entidade intenção, nem a necessidade de liquidar ou reduzir drasticamente o nível das suas operações. Obviamente, e dada a importância dos activos financeiros na sua sustentabilidade são delegadas nas entidades bancárias as responsabilidades de gestão dos mesmos com risco mínimo para a prossecução dos fins estatutários da Fundação.

3.4 – Principais fontes de incerteza das estimativas (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte)

Na preparação das demonstrações financeiras, a entidade adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e assunções efetuadas pelo órgão de gestão foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem: i) vidas úteis dos ativos fixos tangíveis; ii) análises de imparidade, nomeadamente de contas a receber, iii) provisões;

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível a data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospetiva.

- Moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em euro, constituindo esta a moeda funcional e de apresentação. Existem ganhos e perdas de natureza cambial refletidos nas respectivas subcontas de classe 6 (subconta 6928) e 7 (subconta 7861). Tanto as contas de disponibilidades como as de investimentos financeiros estão transpostas em euros com os valores fornecidos pelo Banco BPI e respectivas taxas de câmbio à data de fecho do exercício do ano em questão.

- Outros valores a receber

As contas de "Outras contas a receber" estão reconhecidas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, para que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido (exceção do auxiliar 17 da conta 2782 – Adriano José Gonçalves Pinto, por opção do Órgão de Gestão, dado que se encontra em processo de resolução.)

Não existem situações que afetem ou coloquem algum grau de incerteza materialmente relevante nas estimativas previstas nas demonstrações financeiras apresentadas. No relatório de gestão da carteira da Fundação emitido pelo Banco BPI, salienta-se que a actividade económica global manteve um ritmo de expansão reduzido em 2014, sendo o terceiro ano consecutivo com taxas de crescimento pouco acima de 3%, de acordo com o Fundo Monetário Internacional. Tendo em conta este cenário não será de perspectivar um acréscimo / redução significativo(a) da carteira de investimentos. Sendo assim, entendeu-se por bem não efectuar qualquer ajustamento.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

As políticas contabilísticas apresentadas foram aplicadas de forma consistente com o previsto na NCRF. Em cada data de balanço é efetuada uma avaliação da existência de evidência objetiva de imparidade, nomeadamente da qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados sempre que possa ser medido de forma fiável.

4.1 - Juízos de valor (excetuando os que envolvem estimativas) que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacte nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras

O Órgão de Gestão teve como base a aplicação de políticas contabilísticas referidas nas NCRF. Não foram necessários juízos de valor para a aplicação de políticas contabilísticas.

5 - Ativos fixos tangíveis

5.1 Divulgações sobre ativos fixos tangíveis, conforme quadro seguinte:

- Ativos fixos tangíveis

Descrição	Terrenos e Recursos Naturais	Edifícios e Outras Construções	Equipamento Básico	Equipamento Transporte	Equipamento Administrativo	Equipamentos Biológicos	Outros AFT	AFT em Curso	Adiant. s/ AFT	Total
Valor Bruto no início	0,00	538.824,46	1.340,00	0,00	17.569,04	0,00	0,00	0,00	0,00	557.733,50
Depreciações Acumuladas	0,00	144.907,99	321,60	0,00	17.569,04	0,00	0,00	0,00	0,00	162.798,63
Saldo no início do período	0,00	393.916,47	1.018,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	394.934,87
Variações do período	0,00	-10.732,48	-26,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-10.759,28
Total de aumentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total diminuições	0,00	10.732,48	26,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.759,28
Depreciações do período	0,00	10.732,48	26,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.759,28
Alienações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo no fim do período	0,00	383.183,99	991,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	384.175,59
Valor bruto no fim do período	0,00	538.824,46	1.340,00	0,00	17.569,04	0,00	0,00	0,00	0,00	557.733,50
Depreciações acumuladas no fim do período (valores em Euros)	0,00	155.640,47	348,40	0,00	17.569,04	0,00	0,00	0,00	0,00	173.557,91

5.1 - Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de ativos, conforme decreto-regulamentar número 25/2009 de 14 de Setembro com as ressalvas constantes das notas abaixo na mensuração das respectivas taxas de depreciação por classe.

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem. As beneficiações relativamente as quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas no item de ativos fixos tangíveis.

As taxas de depreciação utilizadas no exercício foram (em %):

Edifícios e outras construções - 2,00%

Equipamento básico - 2% (considerados maioritariamente como elementos habitacionais indistintos ao edifício e de valor materialmente irrelevante)

Equipamento Administrativo - 10% (considerado este valor pelo princípio da comparabilidade e dado que deprecia no exercício corrente a totalidade do Equipamento Administrativo)

10 - Rédito

10.1 - Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços

10.1.a) - Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Fundação. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

Observou-se o disposto na NCRF 20, dado que o rédito só foi reconhecido por ter sido razoavelmente mensurado, ser provável que se obtenham benefícios económicos futuros e todas as contingências relativas a uma venda tenham sido substancialmente resolvidas.

Os rendimentos dos serviços prestados são reconhecidos na data da prestação dos serviços ou se periódicos, no fim do período a que dizem respeito.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime da periodização económica, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até a maturidade.

10.1.b) - Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período, conforme quadro seguinte:

Rub.	2014	2013	Var	% Var
Ganhos por aumentos de justo valor	88.790,03 €	100.083,69 €	-11.293,66 €	-11%
Outros rendimentos e ganhos	223.122,77 €	213.378,03 €	9.744,74 €	5%
Juros	36.010,14 €	40.130,89 €	-4.120,75 €	-10%
Total	347.922,94 €	353.592,61 €	-5.669,67 €	-2%

13. Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Os ajustamentos da carteira de investimentos em aplicações de/em moeda externa são feitos com base nas cotações do Banco de Portugal. Os efeitos das diferenças de câmbio reconhecidas nos resultados do período encontram-se resumidas no quadro abaixo:

Conta	Rubrica	2014
7861	Diferenças de câmbios favoráveis	4.749,76 €
6928	Diferenças de câmbios desfavoráveis	5.571,66 €

15. Instrumentos financeiros

15.1 – O órgão de gestão optou pelo princípio da comparabilidade mantendo o valor dos demais anos assumindo o valor de inicial de registo contabilístico (ou seja custo ou custo amortizado menos perda de imparidade) na conta 14. Na conta de investimentos financeiros a mensuração foi feita ao justo valor com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na demonstração de resultados numa base de ajuste mensal

15.2 – A cotação de mercado dos instrumentos financeiros mensurados a justo valor está expressa nos extractos bancários mensais

16. Benefícios dos empregados

16.1 – O número médio de empregados da Fundação Rangel de Sampaio durante o período de relato financeiro foi zero.

16.2 – O número de membros dos órgãos directivos são três. Em Março de 2015 foi nomeado um novo Presidente para a Fundação; o Doutor Rui Manuel de Figueiredo Marcos, sendo que o Doutor Filipe Miguel Cruz de Albuquerque Matos substituiu o Doutor Pedro António Pimenta da Costa Gonçalves como vogal do Conselho Directivo.

16.3 – Os órgãos directivos não são remunerados sob forma alguma

7

17. – Divulgações exigidas por outros diplomas legais

17.1 – Informação por actividade económica e por mercado geográfico

Rubrica	CAE 1 - 2014	CAE 2 - 2014
Vendas	0,00 €	
de Mercadorias	0,00 €	
Prestações de serviços	0,00 €	
Ganhos por aumentos de justo valor	88.790,03 €	
Outros Rendimentos e Ganhos	221.933,80 €	1.188,97 €
Juros	36.010,14 €	
Compras	0,00 €	
Fornecimentos e serviços externos	27.638,99 €	112,06 €
CMVMC	0,00 €	
Mercadorias	0,00 €	
MP's, Subsidiárias e de Consumo	0,00 €	
Gastos com Pessoal	0,00 €	
Remunerações	0,00 €	
Outros Gastos	0,00 €	
Activos Fixos Tangíveis	384.175,59 €	
Valor líquido final	384.175,59 €	
Propriedades de Investimento	0,00 €	

* MERCADO GEOGRÁFICO: Todos os itens acima se referem ao mercado nacional.

17.2 – Decomposição e movimento dos Fundos Patrimoniais

Fundos Patrimoniais	Saldo Inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Resultados Transitados	4.326.349,12 €	0,00 €	76.668,13 €	4.403.017,25 €
Outras variações	2.001,11 €	0,00 €	0,00 €	2.001,11 €
Doações	2.001,11 €	0,00 €	0,00 €	2.001,11 €
Total	4.328.350,23 €	0,00 €	76.668,13 €	4.405.018,36 €

17.3 – Impostos em mora

A Fundação apresenta a sua situação regularizada perante as Finanças e Segurança Social, tendo liquidado as suas obrigações nos prazos legalmente estipulados.

7

18 – Outras informações

18.1 – Discriminação dos fornecimentos e serviços externos

Rubrica	2014	2013	Var	% Var
Serviços Especializados	9.078,30 €	8.208,53 €	869,77 €	11%
Honorários	7.620,00 €	8.080,00 €	-460,00 €	-6%
Conservação e Reparação	10.510,26 €	11.118,68 €	-608,42 €	-5%
Ferramentas e Utensílios	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
Material de Escritório	94,99 €	0,00 €	94,99 €	
Energia - Electricidade	4,05 €	0,00 €	4,05 €	
Deslocações e estadas	197,45 €	84,73 €	112,72 €	133%
Serviços Diversos	246,00 €	576,88 €	-330,88 €	-57%
Total FSE	27.751,05 €	28.068,82 €	-317,77 €	-1%

18.2 - Discriminação de outras contas a pagar e a receber

Conta	Rubrica	Saldo 31/12
2721	Devedores por acréscimo de Rendimentos	47.826,27 C
27211	Devedores por acresc. Rendimentos - Juros a receber	45.196,83 €
27212	Devedores por acresc. Rendimentos - Rendas a cobrar	2.629,44 €
2722	Credores por acréscimo de gastos	-20.357,73 C
27229	Outros (Com. Performance e Gestão)	-20.357,73 €
278	Outros devedores e credores	-464.489,56 C
2782	Rendas em dívida	4.664,44 €
2784	Gestão Futura Biblioteca FDUC	-466.462,00 €
2785	Out. Dev. e Cred. - Bolsas/BPI	-2.692,00 €
2783	Outros devedores e credores - Cob. Duvidosa	3.597,94 C
279	Perdas por imparidade acumulada	-3.597,94 C

18.3 - Discriminação dos diferimentos

Conta	Rubrica	Saldo 31/12
281	Gastos a reconhecer	484,81 C
2811	Gastos a reconhecer - Cond./Seguros	484,81 €
282	Rendimentos a reconhecer	-63.795,18 C
2821	Rendimentos a reconhecer - Rendas antecp.	-5.295,18 €
2822	Rendimentos a reconhecer - Bolsas / Premios atribuir	-58.500,00 €



18.4 - Discriminação dos outros gastos e perdas

Conta	Rubrica	2014
681	Impostos	926,59 €
68121	Impostos Indirectos	926,59 €
686	Gastos e perdas financeiras	69.078,26 €
6862	Alienações	58.192,60 €
6863	Fundos de Investimento / Juros	6.517,44 €
6868	Outros gastos e perdas	4.368,22 €
688	Outros	500,00 €
68830	Quotizações FRS	500,00 €
6887	Outros gastos e perdas	47.096,46 €
68870	Outros gastos e perdas - Bolsas FRS	36.000,00 €
68871	Outros gastos e perdas - Desl./Bolsas FRS	3.484,40 €
68872	Outros gastos e perdas - Dt. Petroleo	112,06 €
68879	Outros gastos e perdas - Premios/Out FRS	7.500,00 €

18.5 - Discriminação dos outros rendimentos e ganhos

Conta	Rubrica	2014
781	Rendimentos Suplementares	6.095,27 €
78161	Outros Rend. Suplementares - Rendas Opt.	1.632,00 €
78162	Outros Rend. Suplementares - Rendas Meo	2.177,00 €
78163	Outros Rend. Suplementares - Dt. Petroleo	1.188,97 €
78164	Outros Rend. Suplementares - Dt. Petroleo	1.097,30 €
786	Rendimentos e Ganhos Rest.Act. Financeiros	139.223,92 €
7861	Diferenças de câmbios favoráveis	4.749,76 €
7862	Alienações	87.959,94 €
7863	Fundos de Investimento	46.514,22 €
787	Rendimt. e ganhos rest. activos nao fin	75.950,07 €
7873	Rendas e outr. Rend. Prop. Invest.	75.950,07 €
788	Outros	1.853,51 €
7885	Restituição Impostos	1.840,76 €
7886	Outros Rend. - Atrib.Bolsas/Premios	0,00 €
7888	Outros no especificados	12,75 €

18.6 – Investimentos Financeiros

Relativamente aos investimentos financeiros, estão valorizados ao justo valor com evidência de informação fiabilizada pelo Banco BPI e respectivas cotações de moeda externa valorizados ao câmbio do Banco de Portugal disponibilizada em extratos valorizados numa base de cotação mensal anexos a este relatório conjuntamente com toda a informação contabilística num total de 2.415.933,62 € divididos da seguinte forma:

Conta	Rubrica	31-12-2014
41581	Fundos de Investimento	672.456,08 €
41582	Papel Comercial	0,00 €
41583	Carteira de Títulos	1.447.488,66 €
41584	Fundos Flexíveis	194.409,13 €
41585	Fundos Imobiliários	101.579,75 €
	Total	2.415.933,62 €

18.7 - Fluxos de caixa

Comentário do órgão de Gestão sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

Todas as quantias evidenciadas no Balanço, a 31 de dezembro de 2014, estão disponíveis para uso.

18.8 - Valores em caixa e depósitos bancários

Conta	Rubrica	31-12-2014
11	Caixa	6.433,56 €
12	Depósitos à ordem	119.861,72 €
13	Depósitos a prazo	2.092.353,17 €

Na divulgação dos fluxos de caixa, foi utilizado o método direto.

18.9 - Acontecimentos após a data do Balanço

Em Março de 2015 foi nomeado o Doutor Rui Manuel de Figueiredo Marcos, que assume o cargo de Presidente da Fundação Rangel de Sampaio em 19/03/2015.

O Doutor Filipe Miguel Cruz de Albuquerque Matos substitui o Doutor Pedro António Pimenta da Costa Gonçalves como vogal do Conselho Directivo em 26/03/2015.

18.10 - Autorização para emissão

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foram aprovadas pelo Conselho Directivo para emissão em 30 de Março de 2015.

18.11 - Indicação sobre se foram recebidas informações após a data do Balanço acerca de condições que existiam à data do Balanço. Em caso afirmativo, indicação sobre se, face as novas informações, foram atualizadas as divulgações que se relacionam com essas condições.

Não foram recebidas informações que justificassem a alteração das divulgações já efetuadas.

18.12 - Acontecimentos após a data do Balanço que não deram lugar a ajustamentos

Não ocorreram acontecimentos relevantes após a data do Balanço que não deram lugar a ajustamentos.

O Conselho Directivo

Rui de Figueiredo Soares

HL

Filipe Felipe Cruz Albuquerque

O Técnico Oficial de Contas

João Paulo Almeida